

1 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

2 **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CA.**

3 **Secretaria**

4 **ATA Nº 3/2021**

5 Aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas, em sessão remota
6 conduzida pelo Magnífico Reitor Professor Miguel Sanches Neto, reuniu-se
7 ordinariamente o Conselho de Administração - CA, com a presença do Senhor Vice-
8 Reitor Professor Everson Augusto Krum e dos Conselheiros Adilson Luiz Chinelatto
9 (suplente), Alexandre Almeida Rocha, Andrea Tedesco, Antonio José Camargo
10 (suplente), Carlos Willians Jaques Morais, Dirceia Moreira (suplente), Édina Schimanski,
11 Emerson Martins Hilgemberg, Eunice Silva de Novais, Everaldo da Silva (suplente),
12 Fabiana Postiglione Mansani, Gilmar Batista Mazurek, Giovanni Marino Favero,
13 Guilherme Rafael Portela, Ione da Silva Jovino, Ivo Mottin Demiate, Jesiane Stefania da
14 Silva Batista (suplente), Jucélia de Fatima dos Anjos (suplente), Júlio César Miné
15 (suplente), Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Maria Salete Marcos Gomes Vaz, Roberto
16 Edgar Lamb (suplente), Robson Laverdi, Roseli Ferraz (suplente), Silvana Oliveira,
17 Telma Passos, Valquiria Nanuncio Chochel e Vanderlei Schneider de Lima; contando
18 ainda com a presença dos servidores Eduardo Pereira, Guilherme Amaral Alves, Luciane
19 Pereira da Silva Navarro, Luiz Gustavo Barros e Marcos Vinicius Fidelis para apreciarem
20 a seguinte ordem do dia: **1** - Posse das Agentes Universitárias Telma Passos e Roseli
21 Ferraz como Representantes da Carreira Técnica Universitária junto ao Conselho de
22 Administração e, conseqüentemente ao Conselho Universitário ; **2** - Posse dos Professores
23 Robson Laverdi e Jesiane Stefania da Silva Batista como Representantes Docentes junto
24 ao Conselho de Administração e, conseqüentemente ao Conselho Universitário; **3** -
25 Processo nº **21.000007252-4**. Interessado: Escritório de Relações Internacionais - ERI.

26 Assunto: Homologação da Portaria R. 2021.147 que aprovou *ad referendum* a assinatura
27 do Convênio para viabilização do Programa de Bolsas do Santander Universidades –
28 Edição 2021 a ser celebrado entre o Banco Santander (Brasil) S/A. e a Universidade
29 Estadual de Ponta Grossa, visando contribuir, através do apoio financeiro, para que os
30 estudantes de graduação ou pós-graduação, nas modalidades presencial ou Ensino a
31 Distância (EaD) tenham a oportunidade de dar continuidade aos estudos,
32 incrementando a qualidade da formação acadêmica; sob coordenação do Escritório de
33 Relações Internacionais. Relator: Conselheiro Ivo Mottin Demiate; **4** - Processo nº
34 **21.000008226-0**. Interessada: Diretoria Acadêmica - DIAC/PROGRAD. Assunto:
35 Proposta de Calendário Universitário 2021, da UEPG. Relator: Conselheiro Carlos Willians
36 Jaques Morais; **5** - Processo nº **20.000042465-2**. Interessado: Departamento de
37 Serviço Social. Assunto: Aprovação da assinatura do Convênio a ser celebrado entre a
38 Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
39 Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa, visando
40 a implementação de ações com vistas ao desenvolvimento do Departamento de Serviço
41 Social, através de atividades na prestação de serviços não essenciais em atendimento à
42 Comunidade; sob coordenação da Chefia Departamental de Serviço Social. Relator:
43 Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg; **6** - Processo nº **21.000006352-5**.
44 Interessada: Mirna de Lima Medeiros. Assunto: Apresenta Relatório das Atividades
45 desenvolvidas durante o Estágio de Pós-Doutorado realizado na Universidade de São
46 Paulo. Relator: Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg; **7** - Processo nº
47 **21.000010754-9**. Interessada: Ana Cristina Oltramari Toledo. Assunto: Solicita o
48 cancelamento do afastamento parcial concedido pela Resolução CA 2020.39, a partir
49 desta data. Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **8** - Processo nº
50 **19.000025125-0**. Interessado: Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta e a Distância -

51 NUTEAD. Assunto: Aprovação da parte administrativo-financeira relativa ao Curso de
52 Especialização em Direito Processual Civil. Relator: Conselheiro Giovani Marino Favero; **9**
53 - Processo nº **20.0000042864-0**. Interessada: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
54 Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa -
55 FAUEPG. Assunto: Prestação de contas dos Convênios celebrados entre a Fundação de
56 Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade
57 Estadual de Ponta Grossa e a Universidade Estadual de Ponta Grossa, no período de
58 outubro de 2019 a março de 2020. Relator: Conselheiro Ivo Mottin Demiate; **10** -
59 Processo nº **21.0000007738-0**. Interessado: Escritório de Relações Internacionais - ERI.
60 Assunto: Aprovação da assinatura do Acordo de Cooperação e Intercâmbio Acadêmico
61 a ser celebrado entre a Universidade Estadual de Ponta Grossa e a Universidade
62 Nacional da Colômbia, visando a cooperação nas áreas de pesquisa, ensino e
63 intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação; sob coordenação da professora
64 Sulany Silveira dos Santos. Relator: Conselheiro Ivo Mottin Demiate; **11** - Processo nº
65 **21.0000002301-9**. Interessado: Peterson Alexandre Marino. Assunto: Afastamento
66 integral das respectivas atividades para cursar Doutorado junto ao Programa de Pós-
67 Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, a partir de 1º de maio de 2021. Relator:
68 Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg; **12** - Processo nº **21.0000008758-0**.
69 Interessada: Jasmine Cardozo Moreira. Assunto: Afastamento integral das respectivas
70 atividades para realizar viagem ao exterior, visando a realização de atividades de
71 orientação, pesquisa, cooperação e visitas técnicas junto à West Virginia University -
72 Estados Unidos, no período de 16 de abril a 30 de junho de 2021. Relator: Conselheiro
73 Emerson Martins Hilgemberg; **13** - Processo nº **20.0000035425-5**. Interessada: Tatiana
74 Menezes Garcia Cordeiro. Assunto: Afastamento integral das respectivas atividades para
75 cursar Doutorado junto à Universidade do Porto, no período de 12 de abril de 2021 a 11

76 de abril de 2022. Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **14** - Processo nº
77 **21.0000002216-0**. Interessada: Danielle Bordin. Assunto: Inclusão no regime de Tempo
78 Integral e Dedicção Exclusiva por desenvolvimento de projeto de extensão e pesquisa.
79 Relatora: Conselheira Fabiana Postiglione Mansani; **15** - Processo nº **20.0000041877-6**.
80 Interessado: Joel Larocca Junior. Assunto: Inclusão no regime de Tempo Integral e
81 Dedicção Exclusiva por desenvolvimento de projeto de extensão. Relatora: Conselheira
82 Maria Salete Marcon Gomes Vaz; **16** - Processo nº **21.0000003832-6**. Interessada:
83 Bianca Penteado de Almeida Tonus. Assunto: Inclusão no regime de Tempo Integral e
84 Dedicção Exclusiva por desenvolvimento de projeto de pesquisa. Relatora: Conselheira
85 Maria Salete Marcon Gomes Vaz; **17** - Processo nº **21.0000004267-6**. Interessado:
86 Ludmilo Sene. Assunto: Inclusão no regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva por
87 desenvolvimento de projeto de pesquisa. Relator: Conselheiro Vanderlei Schneider de
88 Lima. A Presidência da mesa cumprimentou a todos os presentes e, depois de
89 constatada a existência de quórum regimental, iniciou os trabalhos registrando nota de
90 pesar pelo falecimento do servidor Laudy Barbosa Sttobe, que trabalhou por muitos
91 anos na Fazenda Escola, assim como, pelo falecimento de professores e servidores
92 aposentados; expressou tristeza pelo momento vivenciado de pandemia que estaria
93 ceifando muitas vidas; destacou também, a recuperação do professor Paulo Vitor
94 Farago, que esteve em estado considerado muito grave, e tendo permanecido
95 internado por 75 (setenta e cinco) dias devido a Covid-19. Em seguida retomando a
96 pauta, solicitou à Secretária os procedimentos de leitura do Termo de Posse e Exercício
97 dos Representantes da Carreira Técnica Universitária Telma Passos e Roseli Ferraz, na
98 qualidade de titular e suplente, respectivamente, e dos Representantes Docentes Robson
99 Laverdi e Jesiane Stefania da Silva Batista, na qualidade de titular e suplente,
100 respectivamente, junto ao Conselho de Administração e, conseqüentemente ao Conselho

101 Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Após a leitura do Termo de
102 Posse e Exercício, o Presidente deu as boas vindas aos novos Conselheiros destacando a
103 eleição dos Professores Robson Laverdi e Jesiane Stefania da Silva Batista, lembrando-se
104 da importância fundamental dos Conselheiros nas discussões dos Conselhos,
105 principalmente nesse momento, tendo em vista a imprevisibilidade que a pandemia
106 trouxe à Instituição e o desafio de buscar soluções para mantê-la funcionando da
107 melhor maneira possível, dentro da situação de excepcionalidade. Deixou a palavra
108 livre, da qual fez uso primeiramente a empossada Telma Passos que revelou motivação
109 e alegria em fazer parte novamente do Conselho. O Presidente destacou a importância
110 e contribuição dos agentes universitários nos Conselhos. Na sequência o Conselheiro
111 empossado Robson Laverdi agradeceu a oportunidade de estar novamente no Conselho,
112 bem como o apoio e incentivo de colegas, mencionando que a sua participação no
113 pleito seria uma decisão construída com vários apoios; ressaltou a oportunidade de
114 diálogo e da construção de uma Universidade inclusiva, democrática, com um papel
115 fundamental na história da cidade e região, agradecendo a professora Jesiane Stefania
116 da Silva Batista, do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde - SEBISA, que se dispôs a
117 compor a representação nos Conselhos. Fazendo uso da palavra, a Conselheira
118 empossada Jesiane Stefania da Silva Batista compartilhando sua satisfação de
119 participar do Conselho, expôs sua disposição para um novo aprendizado, ressaltando ser
120 o Conselheiro Robson Laverdi uma referência de pessoa democrática e ponderada. Em
121 seguida a Conselheira Roseli Ferraz agradeceu também pela oportunidade, de mais
122 uma vez poder participar como representante da carreira Técnica Universitária,
123 revelando ser uma boa experiência de conhecimento. O Senhor Presidente retomando a
124 pauta procedeu a chamada dos Processos inseridos na pauta respectiva para
125 pronunciamentos de destaque quando houve menção ao item 4 pelo Conselheiro
126 relator, item 5 pelo Conselheiro Ivo Mottin Demiate e os itens 14, 15, 16 e 17 pelo

127 Presidente que solicitou autorização para aprová-los em conjunto, uma vez que já
128 haveria uma decisão a respeito da matéria, sendo a implantação do regime de Tempo
129 Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE para professores efetivos autorizada, porém com
130 efeitos financeiros suspensos por conta do Decreto Estadual e por não haver previsão no
131 orçamento do Estado para o presente ano. A Conselheira Maria Salete Marcon Gomes
132 Vaz manifestou-se a respeito do processo de TIDE do professor Joel Larocca Junior,
133 informando que o mesmo relatou-lhe indignação, após tomar ciência do parecer no
134 processo de que não haveria recurso financeiro disponível para a implantação do TIDE;
135 relatou que o professor questionou a não implantação imediata, tendo em vista
136 falecimentos e aposentadorias de professores da Instituição; lembrou ainda que o
137 professor estaria trabalhando para a implantação do Curso de Arquitetura e
138 participando de projetos tanto de pesquisa como de extensão; finalizando ressaltou a
139 importância da implantação do TIDE ao professor, tão logo possível. O Presidente
140 esclareceu que a Administração seria favorável à implantação do TIDE, que as
141 aprovações no Conselho seriam uma garantia e um reconhecimento do ponto de vista
142 do cumprimento de todas as etapas necessárias, ressaltando que o problema para a
143 implantação para os professores efetivos, seria a indisponibilidade no orçamento, mas
144 que, os Reitores estariam trabalhando a fim de que, para o próximo ano tenha previsão
145 no orçamento não apenas os recursos para o TIDE, mas também as demais ascensões de
146 carreira, lembrando novamente que os professores e servidores deverão receber em
147 determinado momento do Governo esse passivo que está sendo criado, mas que, do
148 ponto de vista administrativo, não haveria como fazer a implantação nesse momento.
149 Em seguida, colocou os processos em votação, sendo aprovados por unanimidade no
150 mérito sem a possibilidade de implantação. Retomando a pauta de destaque passou a
151 palavra ao Conselheiro Ivo Mottin Demiate que em relação ao item 5, solicitou fazer um
152 esclarecimento, relatando tratar-se de Convênio entre o Departamento de Serviço

153 Social e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico
154 da Universidade Estadual de Ponta Grossa - FAUEPG, para prestação de serviços por
155 intermédio da FAUEPG, destacou despacho da Procuradoria Jurídica - PROJUR sobre a
156 previsão do uso de recursos para "*outras despesas*", explicando que as despesas deverão
157 ser discriminadas posteriormente em Planos de Trabalhos específicos e mais objetivos, a
158 fim de evitar problemas com a prestação de contas relativo à alguma utilização que
159 não tenha sido aprovada. O Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg, fazendo uso da
160 palavra, esclareceu que o valor de "*outras despesas*" teria sido uma mera estimativa,
161 cujos planos de trabalho deverão ser detalhados e aprovados *a posteriori*. Retomando a
162 palavra, e não havendo manifestações, o Presidente colocou em votação o processo,
163 sendo aprovado por unanimidade. Passou a palavra ao Conselheiro Carlos Willians
164 Jaques Morais que em breve relato do PROCESSO Nº 21.000008226-0 referente a
165 proposta do Calendário Universitário para o ano letivo de 2021, informou que a
166 proposta seria resultado de discussões que tiveram início no mês de novembro do ano
167 passado e que após encaminhamento à Câmara de Graduação do Conselho de Ensino,
168 Pesquisa e Extensão - CEPE, os Conselheiros consideraram que poderia ser precipitado
169 aprovar proposta de calendário naquele final de ano, uma vez que poderia ser objeto
170 de muitas retificações e que a partir do meses de fevereiro e março haveria uma melhor
171 percepção do contexto da pandemia, possibilitando deliberação com mais segurança;
172 expôs que houve o comprometimento da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD em
173 fornecer dados sobre o andamento das disciplinas dos cursos a fim de saber quantas e
174 quais disciplinas não terminariam a carga horária até o dia trinta de abril de dois mil e
175 vinte e um, quando se encerraria o ano letivo de dois mil e vinte; que após reunião do
176 Conselho Universitário em onze de fevereiro passado, foi encaminhado à Câmara de
177 Graduação do CEPE para realização de estudo a fim de apurar quantas disciplinas
178 práticas não poderiam ser ofertadas remotamente e quantas não encerrariam o ano

179 letivo até trinta de abril do corrente; que mediante consulta às coordenações de Curso
180 de Graduação, verificou-se que sessenta e quatro (64) disciplinas equivalente a três por
181 cento (3%) do total de disciplinas da Instituição não terminariam até o último dia letivo
182 do ano corrente e que foram realizados os ajustes sugeridos pelo CEPE na minuta
183 apresentada; manifestou que, diante do apresentado e em consonância com os
184 dispositivos legais normativos, a relatoria submeteu à apreciação desse Conselho a
185 aprovação da parte administrativa do Calendário Universitário para o ano letivo de
186 dois mil e vinte e um. O Presidente abriu a palavra aos inscritos, sendo a primeira a
187 manifestar-se a Conselheira Silvana Oliveira, ressaltando a importância do trabalho
188 desenvolvido em relação ao calendário pela PROGRAD em conjunto com a Câmara de
189 Graduação do CEPE, quando foram realizados levantamentos com as coordenações de
190 curso para tentar dar condições de enfrentar este momento; relatou que em reunião do
191 Setor com as Coordenações de Curso e Chefias de Departamento, houve discussão sobre
192 o Calendário já aprovado pelo CEPE, não somente em relação às datas, mas também
193 em relação a alguns aspectos do desenvolvimento do calendário, que afetariam
194 diretamente os encaminhamentos pedagógicos; expôs que, uma das discussões teria sido
195 em relação à data, com a preocupação ao curto período entre o encerramento do
196 presente ano letivo e o início do próximo ano letivo, havendo assim, uma sugestão não
197 unânime dos departamentos, de se fazer a abertura do calendário simultânea para
198 veteranos e calouros no dia quatorze de maio, havendo ainda sugestões para início do
199 ano letivo nos dias dezessete e trinta e um de maio. Em seguida o Conselheiro Guilherme
200 Rafael Portela argumentou que no Art. 3º da Minuta do Calendário, deveria ser
201 alterado e não retirado, ressaltando ser a frequência um elemento importante, uma vez
202 que o estudante teria o abono de faltas, mas deveria entregar as atividades, tendo em
203 vista dificuldades de acesso dos estudantes por inúmeros problemas, tanto de ordem
204 tecnológica, como de saúde, tanto pela própria pandemia ou outras enfermidades;

205 destacou a importância das avaliações das disciplinas estarem inseridas num plano de
206 aula, conforme constaria no Art. 4º, a fim de que os estudantes tenham conhecimento
207 de como ocorreriam as avaliações; quanto ao Art. 9º, sobre a possibilidade de cursar
208 disciplinas em que o estudante foi reprovado, concomitantemente às disciplinas do
209 próximo ano, sugeriu a criação de formulário específico a ser repassado aos alunos pelos
210 Colegiados, para esses formalizarem a solicitação; finalizando questionou ao Conselheiro
211 Carlos Willians Jaques Morais a respeito das sessenta e quatro (64) disciplinas ou três por
212 cento (3%) que ainda não teriam sido cumpridas, se estariam distribuídas em diversos
213 cursos, ou seriam de algum curso específico, analisando que isso seria um problema
214 institucional, à medida que essas disciplinas se acumulariam com as da série seguinte
215 para os estudantes. Retomando a palavra o Presidente manifestou-se em relação ao
216 Art. 3º, sugerindo que talvez não fosse o caso de suprimi-lo, mas alterar a redação
217 contemplando os argumentos citados pelo Conselheiro Guilherme Rafael Portela,
218 facultando a suspensão de falta aos alunos com alguma dificuldade, protegendo-os
219 dessa forma. Cedeu palavra ao Conselheiro Carlos Willians Jaques Morais, que lembrou
220 a respeito da frequência, uma vez que na proposta inicial o mesmo artigo havia sido
221 repetido do apresentado na Resolução UNIV nº 2020.12, cuja ideia era de que não
222 haveria o registro da frequência, ficando todos com a letra "A" de abono no Diário de
223 Classe e que a frequência poderia ser entendida a partir da realização de atividades;
224 explicou que houve diversas manifestações de que se retomasse o controle de frequência,
225 tendo em vista o baixo índice de presença nas aulas síncronas, ressaltando que, por outro
226 lado, devido às demandas dos alunos, com o controle de frequência no Diário Online nas
227 aulas síncronas, poderiam ocorrer problemas mais significativos, inclusive a evasão; assim,
228 ressaltou a importância de manter as aulas gravadas na ferramenta *Google Classroom*
229 para acompanhamento dos alunos e para a realização das atividades; mencionou que
230 dessa forma, o CEPE suprimiu o artigo, considerando a continuidade dos procedimentos

231 adotados em dois mil e vinte; referente ao Art. 9º informou que haveria um grande
232 empenho da PROGRAD juntamente com o Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI
233 na realização das matrículas, a fim de facilitar o plano de ensino de cada estudante;
234 respondeu ao questionamento do Conselheiro Guilherme Rafael Portela, a respeito das
235 disciplinas práticas, que preponderantemente se encontrariam no SEBISA, especialmente
236 no Curso de Odontologia, mas que haveria também algumas disciplinas nos Cursos de
237 Zootecnia, Engenharia Civil e Agronomia, sem a possibilidade de oferta remota,
238 observando que faltariam apenas quatro (4) horas em algumas disciplinas para
239 encerrá-las e que uma das maiores preocupações seriam as turmas de formandos;
240 relatou ainda, que no levantamento realizado, seriam demonstradas quais disciplinas
241 encerrariam ou não até o dia trinta de abril, qual local, bloco e possíveis horários para a
242 realização dessas, porém, dependeria da situação da pandemia e a possibilidade de
243 retorno das atividades práticas no *Campus*; finalizando, salientou que os cursos deverão
244 programar as disciplinas práticas deste ano, a fim de vencê-las até o final do ano de dois
245 mil e vinte e um. A Conselheira Fabiana Postiglione Mansani, aparte, citou preocupação
246 com a sobreposição de disciplinas e a realização das aulas práticas que estariam em
247 aberto, lembrando que o curso de Odontologia protocolou cronograma de atividades
248 das disciplinas práticas do ano letivo de dois mil e vinte que se encerrariam até o final do
249 mês de julho; questionou se haveria possibilidade de flexibilizar ainda mais esse tempo,
250 uma vez que, no caso do curso de Odontologia seriam poucas as clínicas odontológicas e
251 por conta do distanciamento, as turmas deverão ser desmembradas, estendendo com
252 isso o prazo das disciplinas, além de, acarretar um acúmulo muito grande de disciplinas
253 aos alunos, salientando que não apenas com as clínicas odontológicas ocorreria esse
254 problema, mas com várias outras disciplinas dos diversos cursos do SEBISA que
255 utilizariam salas de aulas práticas e laboratórios, destacando serem esses de uso comum
256 para todos os cursos do Setor. O Conselheiro Carlos Willians Jaques Morais expôs que em

257 função do número de disciplinas e quantidade de carga horária pendentes, a proposta
258 seria para que essas disciplinas pudessem ser concluídas até o dia dezoito de dezembro,
259 diante da expectativa de um cenário de pandemia que possibilite os alunos retornar
260 para a Instituição; destacou a necessidade de desenvolver um cronograma junto aos
261 Colegiados de curso, a fim de atender essas especificidades. O Presidente relatou que
262 estariam sendo realizadas reuniões juntamente com o SEBISA, especificamente sobre o
263 curso de Odontologia, a fim de encontrar um meio de garantir que alunos e professores
264 não ficassem sobrecarregados. O Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha fazendo
265 uso da palavra manifestou saudação especial aos novos Conselheiros, bem como
266 sentimentos de pesar pelas perdas de vidas que afetam toda a comunidade
267 universitária; informou que apresentaria a posição do Setor de Ciências Exatas e
268 Naturais - SEXATAS, discutida em reunião, mencionando que a primeira questão seria a
269 proposição do dia quatorze de junho para o início das aulas, tanto para os veteranos
270 quanto para os calouros; indagou se o Vestibular seria realizado no início do mês de
271 maio como previsto, uma vez que existiriam muitas incertezas devido a pandemia;
272 ressaltou que o SEXATAS também teria problemas com disciplinas práticas, exemplificou
273 a disciplina de Topografia do último ano do curso de Geografia, que não estaria sendo
274 possível finalizá-la; informou que uma segunda questão seria a necessidade de um
275 tempo para estudar todas as situações; quanto a frequência indagou se o Art. 3º seria
276 excluído de fato, uma vez que já existiria uma regulamentação, assim, sugeriu referente
277 a regulamentação dos aspectos pedagógicos do calendário que já estariam
278 regulamentados em outros documentos, retirá-los da minuta, inclusive por conta da
279 previsão da expedição de Ordens de Serviço pela PROGRAD. O Presidente informou
280 quanto ao questionamento da realização do Vestibular, que durante a semana haveria
281 reunião com a Coordenadoria de Processos de Seleção - CPS para avaliação,
282 lembrando que existiria a dependência de autorização da Secretaria Estadual de Saúde

283 - SESA e de cada uma das Secretarias Municipais onde deverá ser realizado o Vestibular;
284 que também existiria um contato permanente com os Reitores das Universidades
285 Estaduais, inclusive da Universidade Federal do Paraná - UFPR para avaliação semanal
286 de viabilidade da realização do Vestibular e do Processo Seletivo Seriado - PSS,
287 ressaltando que a segurança seria o principal objetivo nesse momento, tanto para
288 aplicadores de provas, como para os candidatos; destacou a previsão do dobro de salas
289 de aula e de fiscais para o Vestibular e PSS, tudo dentro das normas de segurança.
290 Cedeu palavra ao Conselheiro Carlos Willians Jaques Moraes que explicou a respeito da
291 data de início para o ano letivo, que a iniciativa seria de procurar retornar o calendário
292 para os períodos regulares antes da pandemia, porém seria uma questão aberta à
293 discussão. O Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg, fazendo uso da palavra a
294 respeito da minuta, indicou que no Art. 2º deveria haver uma regulamentação com
295 relação ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC e Estágios, a fim de dar segurança aos
296 coordenadores de que haveria uma política para o ano letivo; quanto ao Art. 3º, expôs
297 preocupação do Setor de não se exigir nenhum tipo de controle de presença ou somente
298 ser atribuída por trabalhos e atividades apresentadas, ressaltando a necessidade de
299 uma discussão a respeito, apontando ainda ser necessário o registro de maneira clara, a
300 fim de evitar interpretações errôneas; referente ao Art. 4º, explanou que apesar de já
301 estar regulamentado a submissão do sistema de avaliação ao Colegiado, avaliou ser
302 importante o registro na plataforma também, destacando a necessidade de discussão
303 quanto ao prazo para entrega das atividades, estabelecendo algum critério a fim de
304 não sobrecarregar os professores e alunos no final da disciplina; finalizando, questionou
305 se houve manifestação de algum curso do Setor de Ciências Sociais Aplicadas - SECISA
306 sobre a necessidade de prorrogação do calendário tendo em vista a impossibilidade de
307 ofertar as disciplinas práticas. O Conselheiro Carlos Willians Jaques Moraes afirmou que
308 não houve manifestação de nenhum curso do SECISA a respeito da prorrogação do

309 calendário e que poderia demonstrar as disciplinas e quais as necessidades dessas, que
310 foram apresentadas à Diretoria de Ensino da PROGRAD. O Senhor Presidente lembrou
311 que houve inclusive um trabalho da Câmara de Graduação do CEPE junto aos
312 Coordenadores a respeito do assunto. O Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg
313 mencionou que teria uma proposição e se manifestaria no momento apropriado, antes
314 da votação da proposta do calendário. Fazendo uso da palavra a Conselheira Fabiana
315 Postiglione Mansani expressou preocupação sobre a questão da sobreposição das
316 disciplinas, que se deveria regulamentar um limite de quantas poderiam ser sobrepostas;
317 quanto ao calendário analisou que, tendo em vista que existiriam dois tempos diferentes
318 de entrada, para veteranos e calouros, que para o Curso de Medicina, não teria tempo
319 hábil para encerrar o calendário dos calouros juntamente com o dos veteranos, sugeriu,
320 conforme discussão no Colegiado Setorial do SEBISA, a flexibilização do calendário para
321 Setores ou Cursos diante de suas especificidades, uma vez que existiriam Setores e cursos
322 sem problemas para finalizar as disciplinas práticas; observou a importância de se
323 regulamentar de alguma forma a questão de frequência; questionou sobre a
324 contratação de alguns colaboradores, tendo em vista disciplinas em aberto que ainda
325 não foram realizadas por falta de professor. O Conselheiro Carlos Willians Jaques Morais
326 explicou que as Ordens de Serviço seriam inevitáveis para tratar de questões mais
327 específicas, inclusive em relação a prazos como lançamento de notas e procedimentos
328 especiais referentes ao contexto de pandemia; que em contato com os Colegiados de
329 Curso que possuem disciplinas pendentes, poderia se verificar a possibilidade de quantas
330 seriam possíveis ser ofertadas sobrepondo àquelas que estariam sendo realizadas; em
331 relação à flexibilização dos calendários, ressaltou que se estaria apresentando um
332 Calendário Universitário para aprovação no contexto da Instituição, e que a partir deste
333 seria possível fazer os cronogramas dos cursos de acordo com suas demandas. O
334 Presidente lembrou que houve um trabalho com os coordenadores de curso, e que a

335 decisão final deveria ser coletiva; sobre as Ordens de Serviço observou que a PROGRAD
336 permaneceria debatendo e trabalhando com os Coordenadores de Curso, podendo
337 também os Conselhos se manifestar a respeito. Na sequência o Conselheiro Robson
338 Laverdi relatou que houve uma solicitação da comunidade docente de ampliação do
339 prazo para início das aulas, assim como, para a entrega de notas previstas a princípio
340 para o dia sete de maio, tendo em vista ser uma demanda associada a ocorrência de
341 encerramentos de contratos de colaboradores; ressaltou também preocupação de
342 sobrecarga dos coordenadores em relação ao processo de retenção dos alunos, uma vez
343 que ficaria a cargo dos alunos a decisão de permanecer ou migrar de série, dessa forma,
344 reivindicam que se busque aparatos institucionais técnicos que possam facilitar esse
345 processo para os coordenadores; salientou ainda a questão referente ao controle de
346 frequência, que deveria ser debatido, necessitando uma proposta mais clara, tendo em
347 vista as ausências significativas dos alunos no formato de aulas apresentado. A
348 Conselheira Maria Salete Marcon Gomes Vaz relatou que o Colegiado do Setor de
349 Engenharias, Ciências Agrárias e de Tecnologia - SECATE propôs o início do ano letivo
350 uma semana após o previsto, ou seja, vinte e quatro de maio, não necessariamente
351 junto com os calouros; com relação a frequência, o entendimento seria que houvesse
352 uma cobrança de presença por atividade. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro Luiz
353 Alexandre Gonçalves Cunha alegou ser prematura a preocupação de acerto do
354 calendário para os períodos normais, uma vez que o momento atual seria de
355 excepcionalidade; questionou se haveria algum tipo de dificuldade no processo seletivo
356 para a contratação de professores colaboradores, que deverão estar em sala de aula no
357 dia dezessete de maio, com isso reforçando o argumento de se manter a proposta o dia
358 quatorze de junho para o início do ano letivo, inclusive deixando um tempo para
359 discussão a respeito da experiência do ensino remoto; mencionou que em sua percepção,
360 a maioria dos alunos não teria participado das aulas síncronas, mas que tiveram a

361 experiência com aulas semelhantes ao ensino a distância, ou seja, assistindo as aulas
362 gravadas e realizando as atividades, no modelo da plataforma de Ambiente Virtual de
363 Aprendizagem - AVA, utilizado nos cursos a distância; indagou como seriam realizados
364 os controles de frequência, pois não estariam funcionando como desejado; em relação as
365 disciplinas cumulativas expressou receio, uma vez que, o aluno poderia ficar
366 sobrecarregado e talvez não conseguisse cursá-las adequadamente. Retomando a
367 palavra, o Presidente destacou ser uma necessidade institucional, a aprovação de um
368 calendário universitário, uma devolutiva para a comunidade, mas, que esse poderia
369 posteriormente sofrer alguma alteração caso necessário. Cedeu palavra ao Conselheiro
370 Gilmar Batista Mazurek que a respeito dos contratos de professores colaboradores
371 relatou que algumas contratações já estariam em andamento e que o resultado do
372 teste seletivo a ser realizado no mês de maio seria divulgado até o final daquele mês,
373 informou ainda que, os demais contratos venceriam no dia trinta de junho, sendo que
374 alguns com possibilidade de renovação e outros já previstos para contratação pelos
375 novos editais. Em seguida manifestou-se o Conselheiro Vanderlei Schneider de Lima que
376 externou preocupações da Coordenação do Curso referente à data prevista para o início
377 do ano letivo, dia dezessete de maio, considerando as peculiaridades do curso, citou que
378 seriam cerca de novecentas (900) matrículas a serem realizadas nesse período; enfatizou
379 também a necessidade da apresentação de um calendário diante da comunidade
380 interna e externa, da necessidade de um planejamento, vislumbrando os próximos anos
381 letivos, inclusive manifestou-se favorável a perspectiva de aproximação de calendários,
382 uma vez que, muitas questões dependeriam dessa decisão, envolvendo colégios,
383 questões de ordem econômica e até mesmo a organização institucional; expôs a
384 necessidade de uma avaliação do ano letivo de dois mil e vinte, inclusive a respeito da
385 preocupação citada pelo Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha acerca das aulas
386 remotas, de como repercutiu na comunidade acadêmica e quais as maiores dificuldades

387 encontradas, a fim de se obter um real diagnóstico dos alunos; quanto ao início do ano
388 letivo, sugeriu uma data intermediária como dia trinta e um de maio ou primeiro de
389 junho, salientando a necessidade de se decidir essas datas e que as questões pedagógicas
390 dependeriam ainda de um maior debate, inclusive ouvindo os coordenadores, para que
391 a PROGRAD possa ter um mapeamento das situações, tanto no sentido macro, mas
392 também considerando as peculiaridades de cada curso. O Conselheiro Robson Laverdi
393 expôs preocupação a respeito da sobreposição de disciplinas ressaltando ser uma
394 situação complexa, inclusive por conta do engessamento do sistema acadêmico que
395 precisaria ser modernizado; reforçou a necessidade da abertura de um debate
396 institucional a respeito, a fim de facilitar as atividades e o controle dos Coordenadores;
397 citou que, um sistema de créditos com uma maior flexibilização reduziria os problemas
398 com as disciplinas pendentes, passando assim, um pouco mais de responsabilidade aos
399 alunos. O Presidente informou que na sequência marcaria uma primeira discussão a
400 respeito do sistema acadêmico, com a participação dos representantes docentes junto ao
401 Conselho, dos Diretores de Setor interessados em participar, da representação discente e
402 analistas do NTI, explicou que haveria ainda a necessidade de uma alteração na
403 legislação interna a fim de validar as adequações realizadas no sistema. O Conselheiro
404 Carlos Willians Jaques Morais mencionou ser oportuna a discussão levantada pelo
405 Conselheiro Robson Laverdi e informou que após a deliberação das questões do
406 calendário, estaria na iminência do lançamento, juntamente com a Pró-Reitoria de
407 Extensão e Assuntos Culturais - PROEX, de um documento a respeito da creditação da
408 Extensão nos currículos, que deverá movimentar as dinâmicas dos Coordenadores de
409 Curso, junto aos seus Colegiados e Núcleos Docentes Estruturantes - NDEs, dessa forma,
410 necessitando um aperfeiçoamento no sistema acadêmico. O Senhor Presidente lembrou
411 que estaria prevista para a próxima reunião do Conselho Universitário - COU
412 apresentação pelo NTI trazendo os primeiros dados sobre a ocupação das aulas no

413 *Google Classroom*, ressaltando que a partir dessas informações, se poderia, no final do
414 ano letivo, dar início à reflexão pedagógica sobre o ano letivo que se finda. Em seguida
415 a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani destacou a importância da unificação dos
416 calendários e se colocou a disposição para participar dos estudos a respeito do sistema
417 acadêmico, tendo em vista inclusive às pluralidades das atividades no SEBISA; reforçou
418 novamente a necessidade de uma flexibilização da data de início do próximo ano letivo,
419 devido a situações muito diversas, inclusive dentro de um mesmo Setor, mencionando
420 que os alunos do Curso de Medicina estariam praticamente há dois anos no mesmo ano
421 letivo, uma vez que, teve início em julho de dois mil e dezenove; que o Curso de
422 Odontologia, não conseguiria finalizar as disciplinas nas Clínicas Odontológicas antes do
423 final do mês de julho, mesmo os professores já estando vacinados, e por outro lado, uma
424 grande maioria de alunos da Instituição já teria concluído o ano letivo há algum tempo.
425 O Conselheiro Carlos Willians Jaques Morais salientou que o curso de Medicina realmente
426 foi prejudicado, quando do início das medidas restritivas por conta da pandemia, uma
427 vez que, o curso estava quase finalizando o ano letivo em meados de dois mil e vinte, e
428 que embora todos os esforços empreendidos, juntamente com a Coordenação e com
429 uma programação especial, ainda existiriam disciplinas práticas que não puderam ser
430 ofertadas, ressaltando que ainda não existiria uma autorização legal para a oferta
431 dessas disciplinas e que no momento existiria um Decreto do Governo Estadual
432 possibilitando apenas a realização de estágios presenciais em caráter de
433 excepcionalidade; quanto ao calendário, alegou ser fundamental, para que, a partir
434 desse, se possam fazer os cronogramas possíveis de acordo com as regulamentações
435 internas e externas. Aparte a Conselheira Fabiana Postiglione Mansani complementou a
436 sugestão da proposta, tendo em vista as diferentes datas sugeridas pelos setores, para
437 que houvesse um dia limite para o início do ano letivo, com duas ou três possibilidades
438 de datas posteriores, levando em consideração a excepcionalidade dos cursos. O

439 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha refletiu que já estaria previsto uma grande
440 flexibilidade na oferta das disciplinas semestrais, desvinculando a obrigatoriedade de
441 ofertá-las no semestre previsto no Projeto Pedagógico, porém, respeitando o
442 planejamento e a decisão dos Colegiados quanto à ordem da oferta de disciplinas, e que
443 dessa forma, a questão principal seria apenas quanto a data de início do calendário e se
444 haveria um recesso no meio do ano letivo; em breve depoimento, lembrou que participa
445 há muito tempo dos Conselhos e que nenhuma administração anterior esteve tão
446 aberta quanto a atual gestão no aspecto de flexibilização, ressaltou o avanço da criação
447 de disciplinas modulares, enfatizou que se deveria dar soluções estruturais para os
448 problemas, para promover mudanças; quanto às questões pedagógicas previstas no
449 calendário, questionou, caso tivessem que ser retiradas da minuta, quais seriam,
450 mencionando que já houve a proposta de retirar o Art. 3º, sugeriu ainda, complementar
451 o Art. 9º com a seguinte informação: “e de acordo com regulamentação de Ordem de
452 Serviço que será publicada pela PROGRAD”, ressaltando que ainda se deveria discutir
453 entre os professores e colegiados a respeito do controle de frequência e sobre as
454 disciplinas que os alunos poderiam cursar cumulativamente. O Presidente agradeceu ao
455 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha pelo reconhecimento que a gestão vem
456 fazendo não somente em ouvir, mas na tentativa de resolução de problemas
457 estruturantes. Cedeu palavra ao Conselheiro Emerson Martins Hilgemberg que referente
458 a questão de data de início do ano letivo, mencionou que no SECISA o curso de
459 Jornalismo reportou grande dificuldade em conseguir finalizar no prazo previsto o
460 calendário, assim como, a preocupação com eventual sobreposição de datas,
461 dependendo da data de início do ano letivo; informou que em discussão no SECISA,
462 chegou-se a proposta para o dia vinte e oito de junho, para início do ano letivo, dessa
463 forma solicitou encaminhamento para votação. Em seguida a Conselheira Silvana
464 Oliveira expôs que houve debate no Colegiado Setorial a respeito da preocupação com

465 a ausência dos alunos nas aulas síncronas, ficando o professor sem condições de efetivar
466 a frequência; lembrou que, houve uma campanha responsável por parte da Instituição
467 em atender os alunos que não possuíam equipamentos para acessar as aulas remotas,
468 relatando que muitas vezes o aluno não conseguiria acessá-las por vários motivos;
469 exemplificou na situação de um emprego noturno, mas que, nesse caso teria a
470 possibilidade de oficializar junto ao Colegiado, a fim de continuar mantendo o vínculo, e
471 por outro lado, haveria casos de alunos que acreditariam que não seria necessário
472 acompanhar as aulas e apresentar justificativa e que reiteradas vezes vem solicitar
473 oportunidades extras de avaliações, enquanto existe um grupo de alunos que consegue
474 manter frequência e vínculo com o seu professor; diante disso, ressaltou que haveria a
475 necessidade de uma diretriz institucional, de como o professor validaria a frequência;
476 questionou como os Colegiados gerenciariam os pedidos de progressão de série, uma vez
477 que não estaria muito claro na minuta apresentada; finalizando, destacou que a
478 proposta do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - SECIHLA, em relação ao
479 calendário, seria o dia quatorze de junho para o início do ano letivo, junto com a
480 entrada dos calouros. O Senhor Presidente expôs em relação ao controle de frequência,
481 que esse seria um elemento de fidelização de alunos e ao mesmo tempo de estímulo dos
482 professores, e que caberia deliberação ao CA, pois se trata de uma questão
483 administrativa; quanto à progressão de séries cedeu palavra ao Conselheiro Carlos
484 Willians Jaques Moraes que explicou que caberia uma avaliação por parte do aluno, se
485 esse deseja somente cursar as disciplinas que ainda estão pendentes da série anterior, ou
486 se ele se encontra em condições, de acordo com a sua própria avaliação, de solicitar
487 uma matrícula de promoção para a série seguinte e realizar cumulativamente as
488 disciplinas, ficando assim o aluno responsável pela sua matrícula; que os procedimentos,
489 formulários e plano de estudos a ser utilizados, decorreriam da aprovação do calendário,
490 no formato de Ordem de Serviço, indicando qual formulário deverá ser protocolizado no

491 Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ficando a cargo da Diretoria Acadêmica
492 efetivar as matrículas e, conseqüentemente, construindo um plano de ensino para o
493 aluno. O Conselheiro Robson Laverdi mencionou que, embora o calendário concluído no
494 final do mês de abril, algumas situações ainda ficariam em aberto, sobretudo sobre as
495 avaliações, entrega de nota por parte de professores, planejamento e organização do
496 próximo semestre letivo, lembrando do tempo que a PROGRAD precisará para
497 organizar todo o sistema e do trabalho hercúleo dos Coordenadores de Curso nas ofertas
498 das disciplinas, sobretudo para os cursos que tem um maior nível de complexidade de
499 problemas; encerrando, analisou a importância do debate, uma vez que, numa
500 conjuntura de tantas ameaças sofridas pela Universidade pública, a decisão tomada
501 deverá ser consciente em relação a postergação do início do ano letivo. O Presidente
502 retomando a palavra, e após discussão, referente a retirada do Art. 3º, uma vez sendo
503 de competência e aprovado pelo CEPE, recomendou que o assunto fosse discutido e
504 definido conjuntamente com aquele Conselho na próxima reunião do COU. Em seguida
505 passou a proposição das datas para o início do ano letivo, opinando que o início previsto
506 para o dia dezessete de maio ficaria realmente um prazo apertado, especialmente para
507 alguns cursos, mas que, por outro lado, a data de quatorze de junho, juntamente com a
508 entrada dos calouros, talvez ficasse muito distante para o início, tendo em vista inclusive
509 a incerteza da realização do Vestibular; alegou que, do ponto de vista institucional, a
510 fim de não haver um desgaste junto a comunidade, a data de primeiro de junho seria
511 mais interessante, ressaltando que, caso o Conselho entenda que quatorze de junho
512 deve ser a data de início do ano letivo, deverá ocorrer o período pedagógico de
513 encontros de trabalhos. A Conselheira Andrea Tedesco propôs a data de trinta e um de
514 maio, uma segunda-feira. A Conselheira Maria Salete Marcon Gomes Vaz manifestou-se
515 favoravelmente com a data proposta pela Conselheira Andrea Tedesco. O Presidente
516 lembrou que no SEBISA seriam dois cursos com situações diferentes, dessa forma, com a

517 necessidade de resolver de maneira individualizada. A Conselheira Fabiana Postiglione
518 Mansani mencionou a dificuldade na votação, uma vez que não haveria compartilhado
519 as informações com os cursos do Setor e sugeriu se possível, colocar no mesmo calendário,
520 uma observação, na forma de asterisco, de que o Curso de Medicina poderia iniciar duas
521 semanas antes, uma vez que o curso conta com trinta e seis (36) semanas letivas e que
522 as disciplinas pudessem ser trabalhadas de forma modular; que a flexibilização dada
523 pela normativa da PROGRAD, respeitasse o cronograma proposto pelo curso de
524 Odontologia, pois esse precisaria se reorganizar. O Senhor Presidente considerou
525 plenamente possível, lembrando que o curso de Jornalismo mencionado pelo Conselheiro
526 Emerson Martins Hilgemberg poderia igualmente ter a observação dada as necessidade
527 das disciplinas práticas, sugeriu uma observação específica para eventuais cursos que
528 também tenham problemas, ficando dessa forma autorizados a um calendário diferente.
529 Fazendo uso da palavra, o Conselheiro Robson Laverdi ressaltou a importância de
530 assegurar, independente das propostas, alguma semana de recesso, para que todos
531 pudessem se recompor, justificando que a manutenção do sistema remoto seria
532 extenuante tanto para alunos como para professores. O Presidente expôs que não
533 haveria problemas em inserir as semanas de recessos com datas a serem discutidas
534 posteriormente; indagou ao Conselheiro Carlos Willians Jaques Moraes se manteria a
535 proposta do dia dezessete de maio para o início do ano letivo. O Conselheiro Carlos
536 Willians Jaques Moraes destacou a importância do trabalho para construir um consenso,
537 e que já estaria claro que a data seria inviável. Em seguida o Presidente colocou em
538 votação a proposta da data para o início do ano letivo, indicando como proposta
539 número um (1) o dia trinta e um de maio, com as respectivas observações e como
540 proposta de número dois (2) o dia quatorze de junho igualmente com as observações.
541 Assim, procedeu a chamada nominal para votação que ficou com o seguinte resultado:
542 opção da proposta número um (1), dezessete votos (17) e opção da proposta número

543 dois (2), três (3) votos. Votaram na opção da proposta número um (1) os Conselheiros:
544 Andrea Tedesco, Carlos Willians Jaques Morais, Édina Schimanski, Emerson Martins
545 Hilgemberg, Eunice Silva de Novais, Everson Augusto Krum, Fabiana Postiglione
546 Mansani, Gilmar Batista Mazurek, Giovanni Marino Favero, Guilherme Rafael Portela,
547 Ione da Silva Jovino, Ivo Mottin Demite, Maria Salete Marcon Gomes Vaz, Robson
548 Laverdi, Telma Passos, Valquiria Nanuncio Chochel e Vanderlei Schneider de Lima.
549 Votaram na opção da proposta número dois (2): Alexandre Almeida Rocha, Luiz
550 Alexandre Gonçalves Cunha e Silvana Oliveira. Não havendo nada mais a tratar, às
551 doze horas e vinte e cinco minutos, a Presidência agradeceu a presença de todos e
552 declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Ilse Renate Lauer Sanson, Secretária dos
553 Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos
554 presentes. Ponta Grossa, doze de abril de dois mil e vinte e um.

555

ATA Nº 3/2021

556 Miguel Sanches Neto

557 Everson Augusto Krum

558 Alexandre Almeida Rocha

559 Andrea Tedesco

560 Carlos Willians Jaques Morais

561 Édina Schimanski

562 Emerson Martins Hilgemberg

563 Eunice Silva de Novais

564	Fabiana Postiglione Mansani	_____
565	Gilmar Batista Mazurek	_____
566	Giovani Marino Favero	_____
567	Guilherme Rafael Portela	_____
568	Ione da Silva Jovino	_____
569	Ivo Mottin Demiate	_____
570	Luiz Alexandre Gonçalves Cunha	_____
571	Maria Salete Marcon Gomes Vaz	_____
572	Robson Laverdi	_____
573	Silvana Oliveira	_____
574	Telma Passos	_____
575	Valquiria Nanuncio Chochel	_____
576	Vanderlei Schneider de Lima	_____
577	Presentes:	
578	Eduardo Pereira	_____
579	Guilherme Amaral Alves	_____
580	Luciane Pereira da Silva Navarro	_____
581	Luiz Gustavo Barros	_____

582 **Marcos Vinicius Fidelis**

583 **Ilse Renate Lauer Sanson - Secretária**
